

Política externa

■ Carlos Conde

17 JUN 1984

O que se fará em Cartagena

Levantamos a peteca, ela está no ar, devolvida pela reunião dos sete países mais ricos do mundo, em Londres. Há campo para um diálogo governo a governo. O essencial, que é trazer as nações ricas à mesa de negociação, afigura-se um objetivo realista.

Essa é a avaliação que uma credenciada fonte do Itamaraty, visceralmente envolvida nos passos políticos para a renegociação da dívida externa brasileira, faz poucos dias antes do encontro de Cartagena, que será realizado quinta e sexta-feira próximas. O encontro terá dez participantes: os quatro que iniciaram a campanha política de negociação da dívida (Brasil, Argentina, México e Colômbia); os três que se incorporaram ao sistema, para enviar carta aos chefes de governo das nações ricas (Venezuela, Peru e Equador); e mais três, que forneceram, segundo a fonte, "expressão muito forte do desejo de participar": Bolívia, República Dominicana e Chile. La Paz e São Domingos são muito representativos. Os bolivianos foram praticamente obrigados a recorrer à moratória e os dominicanos viram as dificuldades financeiras se projetarem em conflitos de rua. Já a participação do Chile é muito interessante porque esse país, após a tomada do poder pelos militares, aplicou com extrema rigidez o modelo ortodoxo de economia da escola de Chicago.

A fonte do Itamaraty diz o que se deve esperar da reunião de Cartagena: diálogo, muito diálogo. Admite que essa será a palavra-chave. A expressão esteve muito comprometida com todas as iniciativas e documentos lançados pelos devedores latino-americanos nos últimos tempos. Não se deve, porém, confundir diálogo com a eventual expectativa de "algum evento importante". A América Latina está convencida de que o processo é "árido, demorado, penoso".

Não se trata, portanto, de laçar os ricos e trazê-los compulsoriamente à mesa de negociação, criando fatos consumados ou apresentando exigências em Cartagena. A estratégia será diferente. Os dez devedores latino-americanos pretenderão dar passos realistas após a cúpula de Londres. E partindo mesmo dos resultados dessa cúpula. O que ocorreu na capital da Grã-Bretanha, segundo a fonte, foi mais significativo do que se esperava. A reunião dos ricos em Williamsburg, no ano passado, foi mais taxativa, porém mais genérica. Já a da capital britânica foi mais seca, porém revelou um traço fundamental: introduz claros indícios de flexibilidade na posição das nações industrializadas. A cúpula encorajou o Fundo Monetário Internacional a desenvolver seu papel central e abriu a perspectiva de renegociação plurianual da dívida.

O encontro de Cartagena se preocupará com o desejo dos devedores de andar devagar para ir mais longe, não levando um grande tombo, de acordo com a imagem transmitida pela fonte. O Brasil não apresentará posições pré-determinadas à histórica cidade colombiana. O especialista da chancelaria brasileira previne: "Não esperamos tirar coelhos da cartola". Também não se pretende rasgar a Carta de Quito. No Equador, em janeiro, como se recorda, produziu-se uma palavra unânime da América Latina em matéria econômica, com destaque para as aflições da dívida externa. A fonte considerou aquele um encontro formal, verdadeira conferência, entendendo que Cartagena será uma reunião informal, convocada com pouca antecipação.

O processo que está em curso teve seu antecedente histórica mais distante há vinte anos, com a tentativa de oferecer um impulso ao Diálogo Norte-Sul, que continua emperado. Diversos passos foram dados, a partir de então. E no caso específico da negociação da dívida firmou-se a convicção, crescente, de que ela não poderia mais ser examinada em seus aspectos puramente técnicos. Era preciso colocar nessa salada um sal e uma pimenta políticos. Por isso é que o Itamaraty e outras chancelarias latino-americanas foram chamadas para entrar em ação.

Por que isso ocorreu? Pelas próprias dificuldades de lidar com a dívida. A desgraça levou à união dos países e à evidência de que era preciso trabalhar em busca de soluções concretas. Os fatos impuseram essa decisão política aos países. Nessa escalada alguns fatos são alentadores. Entre eles, a substancial reanimação da economia dos Estados Unidos e da de outros países ricos; o crescimento do comércio mundial, que estava praticamente estagnado; e o conhecido desafogo no mercado de petróleo. Mas surgiram, igualmente, efeitos negativos: o reaquecimento das taxas de juros, as consequências retardadas da crise econômica; e o crescente protecionismo, que limita os meios de pagamento da dívida externa.

Ainda não se sabe tudo o que poderá ser discutido em Cartagena. Mas o Itamaraty adianta o que não será debatido: a situação específica de qualquer país; alguma fórmula para organização de um cartel de devedores, que seria "uma idéia despropositada e irrealizável"; a renegociação conjunta da dívida; a busca de fórmulas impositivas; o fim dos ajustes econômicos que estão sendo feitos em todos os países, como adaptação à dura realidade da recessão.